



TERCEIRIZAÇÃO

DE QUAL LADO DO TABULEIRO VOCÊ ESTÁ?

A terceirização, para muitas pessoas ainda, aparece como algo confuso. Um despropósito que não possui uma definição clara do mal que causa aos trabalhadores e a sociedade. Entretanto, é necessário que as mazelas desta prática sejam reconhecidas e combatidas pela classe trabalhadora como um todo. Esta batalha inicia com a definição de qual lado você está. É comum que os trabalhadores se confundam, iniciando uma batalha contra os terceirizados. Este embate só é interessante para os patrões, afinal, a terceirização é prejudicial a todos os trabalhadores, independente deste ser próprio ou terceirizado. O primeiro passo na luta contra a terceirização é a união de todos os trabalhadores em um dos lados do tabuleiro. Com esta união, podemos enfrentar o ataque aos direitos e avanços que foram conquistados ao longo de mais de 100 anos.



DISPUTA JURÍDICA – Atualmente, segundo a súmula 331 do TST, é proibida a terceirização na área fim das empresas, ou seja, como existe um vácuo legal acerca do assunto, a justiça do trabalho colocou limites para a prática. Entretanto, para a infelicidade dos trabalhadores, o STF acatou o recurso extraordinário RE 713.211 que propõe discutir a constitucionalidade da súmula 331, propondo uma abertura ainda maior à terceirização. Paralelo a esta discussão, no campo legislativo, os trabalhadores estão sendo atacados pelo projeto de lei 4330, que ameaça direitos trabalhistas, abrindo as portas para uma terceirização massiva. A constituição já é bastante clara sobre a igualdade entre as pessoas. Uma das convenções mais fundamentais da OIT (Organização Mundial do Trabalho) rege a igualdade remuneratória entre os trabalhadores que prestam igual trabalho. Também poderíamos elencar nesse debate tudo o que trata os direitos humanos já que a terceirização por muitas vezes leva ao trabalho análogo ao escravo. O fato é que, atualmente, uma briga judicial ameaça rebaixar os trabalhadores e regredir os direitos conquistados em duras batalhas.

"Para quem ainda não entendeu, a terceirização é na sua essência mais barata, pois remunera menos e reduz os direitos dos trabalhadores. O resultado para os trabalhadores é uma conta negativa que os transforma em fantasmas sociais, sujeitos a uma grande instabilidade trabalhista"

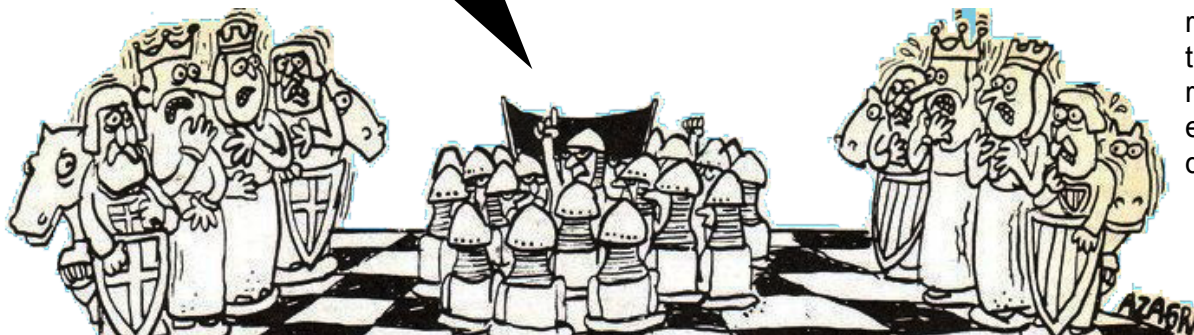
ATAQUE AOS DIREITOS – É nessa cruzada capitalista que os eletricitários estão inseridos. Com argumentos inverídicos, as empresas estão aumentando a terceirização. Alegando necessidade de mão de obra temporária ou especializada, escondem o verdadeiro motivo: explorar os trabalhadores, diminuindo despesas com mão de obra e aumentando seus lucros. Para quem ainda não entendeu, a terceirização é na sua essência mais barata, pois remunera menos e reduz os direitos dos trabalhadores. O resultado para os trabalhadores é uma conta negativa que os transforma em fantasmas sociais, sujeitos a uma grande instabilidade trabalhista.

O ASPECTO SOCIAL – A terceirização é a mais velada agressão que os trabalhadores sofrem. Para constatar esse fato pode-se perguntar a qualquer trabalhador: você gostaria de ser empregado próprio ou terceirizado? Na grande maioria a resposta será: queremos ser funcionários próprios. A terceirização significa péssimas condições de vida, trabalho e saúde e segurança e os trabalhadores têm consciência da condição precária a que estão expostos. Os trabalhadores terceirizados sofrem desta terrível lógica que os transforma em lucro, explorados e desassistidos. É dessa forma que a saúde e a segurança deles viram números.

Acidentes e adoecimentos – Os números de acidentes com trabalhadores terceirizados são alarmantes. Na última edição do Linha Viva publicamos a triste realidade dos trabalhadores terceirizados no setor elétrico onde, em 2013, de 62 mortes, 45 foram de trabalhadores terceirizados. Estes dados são reflexos de condições mínimas de treinamento e proteção a que estão submetidos, instigados frequentemente a quebrar todas as regras por maior produtividade. As mortes, mutilações e adoecimentos não podem ser considerados meros acidentes, pois são, na verdade, homicídios trabalhistas.

Diante deste quadro, é urgente que a classe trabalhadora reaja ao avanço da precarização e redução de direitos, lutando contra o RE 713.211 ou ao PL 4330. Os trabalhadores precisam ter a consciência de que deverão se reconhecer como iguais muito antes de ganhar essa guerra. Então, escolha o quanto antes o seu lado do tabuleiro, pois o jogo já está sendo jogado.

Texto construído a partir do extrato do seminário: "Terceirização no Brasil: impactos resistências e lutas" realizado em Brasília nos dias 14 e 15 de agosto, no qual participaram representantes dos sindicatos da Intercel e Intersul.



CELESC GERAÇÃO: FALTA DE COMPROMISSO COM O BEM PÚBLICO

Falta de investimentos e manutenção podem prejudicar abastecimento de água

A Cellesc Geração está sofrendo um desmonte nunca antes visto. São inúmeros problemas que vão desde falta de empregados próprios até a falta de investimentos e manutenção. Aparte das ações da Intercel contra a terceirização ilegal que está sendo praticada na Cellesc Geração, um fato está preocupando os trabalhadores da Usina Salto, em Blumenau. Trata-se da situação da comporta e da grade de entrada do canal adutor. A grade está parcialmente rompida e a comporta, que é feita de madeira, está completamente podre. Esse canal, além de ser uma parte importante da usina, pois direciona a água às turbinas, é fundamental ao abastecimento de água em Blumenau já que a captação do SAMAE é exatamente ali. Na prática, a comporta não possui mais a capacidade de fechar a entrada do canal e por esse motivo já representa um grande risco à usina e à cidade. Para se ter noção do tamanho dos buracos, um sofá de três lugares entrou no canal a poucos dias atrás.

Os trabalhadores da usina estão preocupados pois caso entulhos e detritos invadam o canal e prejudiquem a captação de água, certamente a Cellesc estará envolvida em mais uma notícia negativa na mídia. Recentemente a empresa já foi alvo de ações judiciais e muita



mídia negativa por conta do derramamento de óleo no CEFA, ocasionado pelo abandono do centro de treinamento. Entretanto, se a ameaça à imagem da empresa e sua responsabilidade social não são suficientes para a diretoria tomar providências, outro problema demonstra a falta de gestão: a falta de manutenção nos geradores. Duas turbinas da usina estão paradas, uma há 6 meses e a outra a mais de 1 ano. Com isso a Cellesc deixa de gerar 4,2 MW. Esse fato chama mais atenção por conta da atual situação

energética do país, que sofre nas mãos das térmicas, muito mais caras e poluentes. Não há lógica que explique esse abandono a não ser a falta de comprometimento já conhecida dos diretores que vem e vão, sempre deixando alguma cicatriz no patrimônio dos catarinenses. A Intercel tem agendada para manhã, sexta-feira, uma reunião com a Diretoria de Geração para tratar da situação das Usinas e buscar o respeito ao patrimônio público e condições de trabalho aos celesquianos.

ELETROSUL

A CONTRIBUIÇÃO DE CADA UM PARA A PLR

Após as dificuldades enfrentadas para a negociação da PLR/2013, em função do balanço consolidado da Eletrobras ter se apresentado negativo, os sindicatos que compõem a Intersul já iniciaram junto do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) o debate sobre um novo modelo de PLR. Ainda no mês de julho de 2014, o CNE e a INTERSUL noticiaram em boletim a entrega de correspondência à Eletrobras contendo premissas de um novo modelo para resguardar o interesse dos trabalhadores. Os sindicatos também apresentaram à Eletrobras uma proposta de calendário para dar início às negociações. Fruto desse ca-

lendário, os sindicatos que compõem a Intersul já enviaram em várias oportunidades uma representação junto do CNE, em reuniões ocorridas no Rio de Janeiro e Brasília, para debater o modelo de PLR com as demais entidades sindicais. As negociações com a Eletrobras devem iniciar efetivamente no decorrer do mês de setembro. Os custos dessas e outras negociações que envolvem a atividade das entidades sindicais são cobertos pelas contribuições dos trabalhadores, nesse caso em especial a contribuição sobre o valor da PLR, aprovada democraticamente nas assembleias dos sindicatos.

A CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES COM DUPLA FILIAÇÃO SINDICAL

Em respeito à opção dos empregados que desejam manter filiação sindical em mais de um sindicato, e com o objetivo de não onerar o valor da contribuição sobre a PLR desses trabalhadores, as entidades que compõem a Intersul já enviaram correspondência à Eletrosul informando que aceitam que o repasse da contribuição sobre a PLR, retido pela empresa, seja dividido em partes iguais entre as entidades sindicais as quais o trabalhador seja filiado e que igualmente aprovaram a contribuição de 0,5% nas suas respectivas assembleias. Dessa forma, qualquer desconto adicional aos 0,5% sobre a PLR, já retidos pela Eletrosul, não será fruto de deliberação por nenhuma entidade que compõem a Intersul.

STIEEL

CHAPA É REGISTRADA PARA ELEIÇÃO NO OESTE

Apenas uma chapa registrou candidatura para a eleição no STIEEL. A votação ocorre nos dias xx e xx. Ao lado, a nominata dos candidatos.

PRESIDENTE
VICE-PRESIDENTE
SECRETÁRIO GERAL
TESOUREIRO
SECRETÁRIO IMPRENSA
SECRETÁRIO R/TRABALHO

DELEGADOS JUNTO À FEDERAÇÃO
VALMIR VESTARP DE CARVALHO
ZELOIR A. GUIMARÃES
VALDECIR ZANETIN
EGON DARCI ZIMMERMANN

PAULO R.X. DE OLIVEIRA
JURACI L. BOLOGNEST
IRIA SPIECKER
AMILCA COLOMBO
VALDECIR CENCI
CLOVIS JOSÉ PUTON

CONSELHO FISCAL
ADRIANAG DA SILVA, LUIZ C. DALL'OGGIO,
MAICON VARGAS (TITULARES)
GELSON RECHE, ROBERTO SAGGIORATO,
MAURICIO MEINERZ (SUPLENTE)

ARGEMIRO R. DE JESUS
FÁTIMA M. SCHÖSSLER
MARCOS R. DE MATOS
EVANDRO FURCKEL
ROSANGELA BIDO
MOACIR A. HABOSKI

REPRESENTANTES SINDICAIS

Giuliano Bariviera
Daniel M. Fernandes
Carlos Martins
Ivam da Silva Ramos
Elias Antunes
Antonio Correia
Wilson Manoel Pires
Marivanda Marchionetto
Luis Fernando Holz

Wolney Griebler
Rafael José Ripplinger
Gilvan A. Gasparin
Luiz Sidnei Borghezian
Paulo Ruffato dos Santos
Luciano Lins da Silva
Elvori Inacio Heinle
Laercio D. Filho
Maurício Schuster

ELEIÇÃO CELOS

APRESENTANDO PROPOSTAS, CANDIDATOS DA INTERCEL CONVERSAM COM TRABALHADORES

Os candidatos da Intercel ao cargo de Conselheiro Fiscal e Diretor Administrativo-Financeiro da Celosc, continuam percorrendo a Celosc em todo o estado, conversando com os trabalhadores e apresentando as propostas por uma Celosc cada vez mais forte. Nesta edição do LV destacamos os compromissos assumidos pelos candidatos, se eleitos.



COMPROMISSOS DE GESTÃO

- Defender a Celosc Pública, com gestão profissional e não política
- Manter a Celosc com sua representação no Conselho de Administração da Celosc
- Manter a gestão profissional da Celosc, orientada pelo Planejamento Estratégico e dentro das boas práticas de Governança Corporativa
- Dar ampla visibilidade e divulgação aos investimentos da Celosc, bem como dos atos administrativos relevantes
- Debater com os participantes a implantação de sistema em que eles possam optar pelo perfil de investimento (conservador, moderado, agressivo) relativo a sua conta CIAP
- Buscar constantemente o fortalecimento do Plano de saúde com equilíbrio financeiro e posicionamento firme na negociação com prestadores de serviço

ELEIÇÃO
CELOS
18.9.2014

CANDIDATOS DA
Intercel



CELESC

NEGOCIAÇÃO DO ACT 2014/15 COMEÇA DIA 26



Começa na próxima terça-feira, dia 26, a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2014/15 dos trabalhadores da Celosc.

A pauta de reivindicações definida na Assembleia Estadual reflete o desejo da categoria pelo reconhecimento de seu trabalho. Para os trabalhadores, chegou o momento de acabar com a lógica do "mais com menos". Os celesquianos deram todo seu esforço e merecem melhores condições de trabalho e de vida, que virão com o respeito ao pleito da categoria, contido na pauta de reivindicações entregue à empresa.

Antes da primeira rodada de negociação, os sindicatos da Intercel estarão reunidos para a Oficina de Negociação, que prepara os sindicalistas para o embate com a diretoria.

Intercel

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Patricia Mendes
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA PARA ENERGIA

PLATAFORMA OPERÁRIA DEBATE PROPOSTAS PARA O SETOR ELÉTRICO



Iniciou ontem, dia 20, o Seminário Sul organizado pela Plataforma Operária e Camponesa para Energia. As propostas e resoluções para a política energética nacional retiradas no seminário serão encaminhadas aos candidatos à presidência da República, evidenciando o comprometimento da classe trabalhadora com o desenvolvimento do país e com a luta dos trabalhadores. Para os trabalhadores que não puderam comparecer ao evento, o portal Desacato (<http://desacato.info>) está transmitindo ao vivo os debates e apresentações. Abaixo, a programação de hoje.

DIA 21/08

Mesa Temática III: Atualidade e perspectivas da indústria energética no Brasil – Eletricidade e Petróleo

- Dorival Gonçalves Júnior – Professor da Universidade Federal do Mato Grosso
- João Antônio de Moraes – Coordenador Geral da FUP
- Daniel Passos - Economista do DIEESE
- Joceli Andreoli - Coordenação Nacional do MAB

Mesa Temática IV: Os desafios para classe trabalhadora na construção do Projeto Energético Popular

- Franklin Moreira Gonçalves – Presidente da FNU
- João Antônio de Moraes – Coordenador Geral da FUP
- Antonio Goulart – SENGE-PR
- Dinovaldo Gilioli - INTERSUL
- Jerry Gildo da Conceição – INTERCEL

ELETROSUL

A ELETROSUL VOLTA AO CRONÔMETRO II

Assembleias aprovam contato com a empresa para melhorias em Controle de Frequência e outros pontos

Em assembleias na sede e Sertão da Eletrosul, realizadas na segunda-feira, dia 18 de agosto, os trabalhadores decidiram que seja feito contato com a empresa para buscar melhorias na proposta de alteração da sistemática de controle de frequência e outros pontos.

NO BRASIL, O ÓBVIO ESTÁ ROUCO



Ideias de outras realidades têm prestígio por aqui, enquanto aspectos singulares da nossa realidade não são considerados. Dotado de uma riqueza natural desproporcional em relação a outros, o Brasil não consegue fazer com que essa dádiva se reverta em benefícios sustentáveis e eficientes nem quando as opções são óbvias.

A atual crise elétrica talvez seja o melhor exemplo desse conflito existencial. Como é possível o pedaço do planeta mais abençoado por rios, sem falar na energia solar, ter uma das mais caras tarifas de energia elétrica e ainda passar por recorrentes períodos de instabilidade de regras? Só incompetência? Na realidade, não é fácil conseguir essa façanha. É preciso muita criatividade e malabarismo matemático para transformar um processo simples num complexo e desajeitado esboço mercantil. Acontece que temos um clima tropical e as aflúncias dos rios brasileiros são "inquieta", teimando em provocar surpresas. Para dar uma ideia da inconstância, as aflúncias dos rios da região Sudeste podem variar 300% de um ano para outro. Nos ainda mais "indecisos" rios do Sul, essa incerteza chega a 600%.

Perante essa natureza mutável, as hidroelétricas brasileiras não podem ter um padrão de geração estável e nem ligado ao mercado, justamente para aproveitar a diversidade entre os rios. Além da variação ao longo do ano, elas podem gerar o dobro e até o triplo do que geraram num outro ano. Essa incerteza se reflete nas outras formas de gerar energia elétrica, principalmente na complementar, de origem térmica. Portanto, se o sistema brasileiro tem uma marca, ela é a variabilidade das gerações por usina. Entretanto, uma boa gestão global do sistema minimiza esse "pecado".

É preciso lembrar que qualquer usina tem uma potência dada em MW. A energia produzida é medida em MWh e depende do uso dessa potência. Num sistema de base térmica a energia vendida de cada usina é o quanto sua potência gera. No Brasil, uma usina não vende a energia que produz justamente por ter uma geração muito variável.

Considerando essa singularidade, adivinhe qual foi a modelagem de mercado adotada no Brasil? Contrata-se o fixo MW ou o duvidoso MWh? Acertou quem escolheu o ilógico! Temos um "certificado" fixo de energia por usina chamado "garantia física", determinado por intrincadas equações. O diploma, que de físico não tem nada, também não é garantido. Não é responsabilidade do investidor, pois é um cálculo de escritório, mas se a usina não conseguir gerar, ele é obrigado a "comprar" a energia no spot. Seria um fantástico "mercado de papel" se não tivesse que ser aferido à realidade. Infelizmente, ao fazê-lo, fica óbvio que a ousada opção gera muitas distorções. O acerto é feito no nosso "mercado livre", que também não é como os outros.

Situações excêntricas acontecem por ali, tais como preços irrisórios (R\$ 12/MWh), até estratosféricos, (R\$ 822/MWh). Não há mercado de energia no planeta Terra que apresente diferenças de 7.000%, mas parece que esse sintoma não é suficiente para abalar crenças. Também não comove o fato de que o preço, ao contrário de todos os exemplos mundiais, é calculado por um ente fora do mercado, o Operador Nacional do Sistema. Pior. Para defini-lo, a lógica usada é a monopolista, o oposto conceitual das relações mercantis.

Entre outras sequelas, a nossa tarifa subiu 80% em termos reais desde a adoção desta "modernidade", mas ninguém pergunta por que. Havia outro jeito? Óbvio que sim. As usinas poderiam ser contratadas por sua potência, tendo uma receita invariável. Os investidores não assumiriam o atual "risco hidrológico", tendo que adquirir a energia que falta para sua garantia física no spot por bilhões.

Mas para ter um sistema contratado por potência que fosse capaz de garantir a energia necessária, a óbvia opção seria a de um "comprador majoritário" que, justamente por contar com a diversidade hidrológica de todas as usinas, poderia minimizar riscos. Seria uma versão mercantil do operador. Ao fixar as receitas, a vantagem de anos hidrológicos favoráveis seria capturada pelo sistema como um todo, podendo formar um óbvio fundo capaz de servir de "poupança" para os períodos secos. Ao invés disso, dados da CCEE mostram que nos anos chuvosos muitos megawatts-hora são "liquidados" por menos de R\$ 20. E não são pequenas diferenças entre o virtual e o real, pois cerca de 1/4 da energia nesse mercado migram para a liquidação mensal. Quem foram os felizardos recebedores de energia quase gratuita?

"A atual crise elétrica talvez seja o melhor exemplo desse conflito existencial. Como é possível o pedaço do planeta mais abençoado por rios, sem falar na energia solar, ter uma das mais caras tarifas de energia elétrica e ainda passar por recorrentes períodos de instabilidade de regras?"

Mas, como diz o ditado, é "aí que a porca torce o rabo". Comprador único? Majoritário? Ora, isso é estatização, diriam algumas crenças. Não é de admirar, pois, como se sabe, recentemente, que as estatais ganharam uma merecida má fama. Entretanto, quaisquer dos órgãos colegiados como o ONS ou a CCEE poderiam exercer esse papel, desde que a governança fosse a mais transparente possível. Há muitos erros de política energética, mas o mimetismo de mercado térmico em que mergulhamos amplifica esses equívocos. A lei 12.783/2013 só fez piorar o problema, pois, além de abater a Eletrobras, empurrou para as distribuidoras o déficit da tal "garantia física" que não é garantida. Submetido a um mercado bizarro, o prejuízo do setor já chega a R\$ 60 bilhões, recurso suficiente para construir quatro usinas do rio Madeira. Se isso não é uma retumbante anomalia, precisamos rever nossos conceitos de normalidade.

Nelson Rodrigues dizia que o óbvio é ululante. No nosso setor elétrico ele deve estar rouco de tanto gritar

